

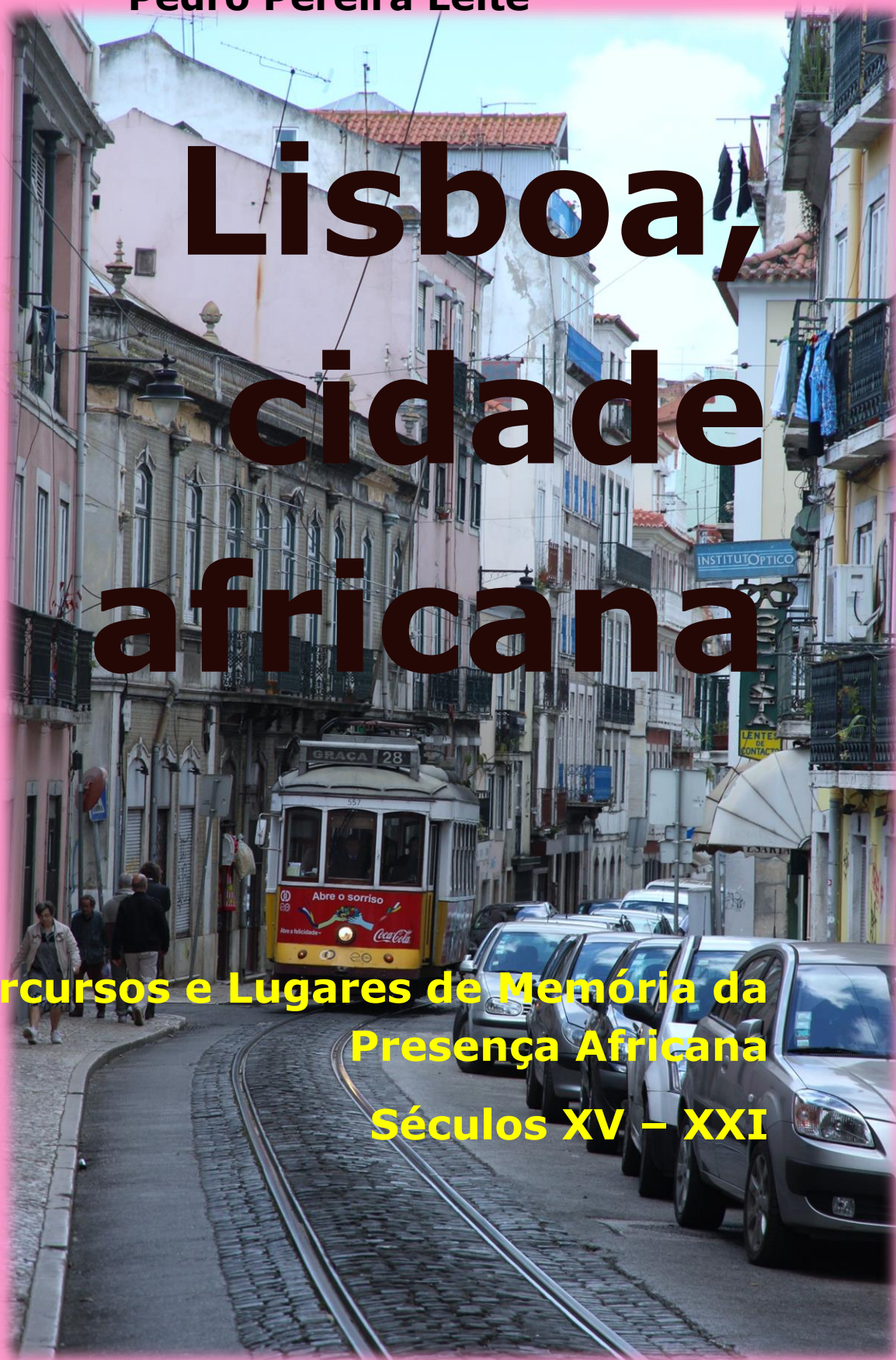
Isabel Castro Henriques

Pedro Pereira Leite

Lisboa, cidade africana

**Percursos e Lugares de Memória da
Presença Africana**

Séculos XV – XXI



Henriques, Isabel de Castro - 1946

Leite, Pedro Pereira - 1960 –

Fantasia, Ana (Fotos)- 1972

ISBN- 978-972-8750-17-6

Título: Lisboa cidade Africana:

Percursos de Lugares de Memória

Edição: Marca d' Água: Publicações e Projetos

1ª edição, Junho 2013

Local de Edição: Lisboa/Ilha de Moçambique

A CIDADE E SUA HISTÓRIA: O ESPAÇO, O TEMPO, OS AFRICANOS

I. A LISBOA RIBEIRINHA: PODER, COMÉRCIO, LAZER

- 1. O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém**
- 2. O Porto de Lisboa**
- 3. O Terreiro do Paço *versus* Praça do Comércio**
- 4. Os Cais da Cidade e as Relações Sociais e Comerciais**

II. LISBOA DAS COLINAS E DOS QUOTIDIANOS POPULARES

- 5. Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira**
- 6. Mouraria, Graça, Alfama: Práticas Sociais e Religiosas**
- 7. O Campo de Sant'Ana e a Rua das Pretas. Subindo ao Chiado**

III. O BAIRRO DO MOCAMBO, INVENÇÃO LUSO-AFRICANA

- 8. Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros**
- 9. O Mocambo e as suas Gentes**
- 10. De Bairro a Travessa, de Mocambo a Madragoa**

IV. DA LISBOA COLONIAL À LISBOA DA LIBERDADE

- 11. A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização dos Africanos**
- 12. Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias**
- 13. A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos**

V. MEMÓRIAS E ESTUDOS

- 14. Memórias Guardadas: Museus, Coleções, Bibliotecas**
- 15. Referências Bibliográficas e Iconográficas**

A CIDADE E A SUA HISTÓRIA: O ESPAÇO, O TEMPO, OS AFRICANOS

W

->



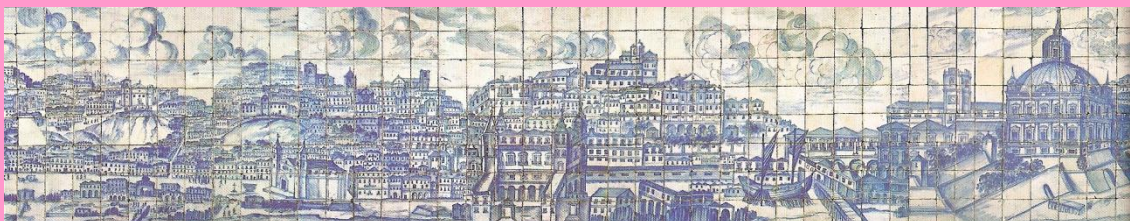
->

->



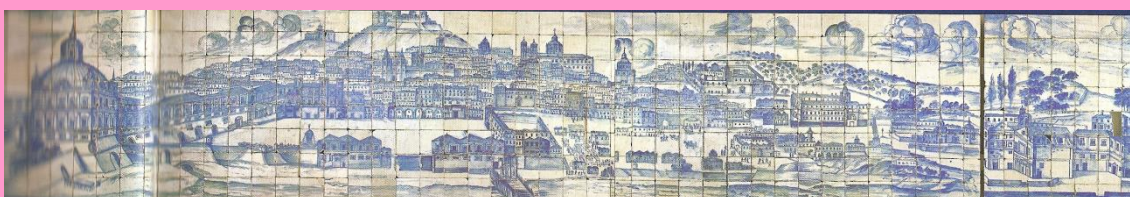
->

->



->

->



E

Grande Vista de Lisboa, painel de faiança vidrada, fabricado entre 1700 e 1725 e atribuído a Gabriel del Barco, que representa a cidade estendendo-se ao longo do Tejo, antes do tremor de terra de 1755. Estes vastos blocos de azulejos destinavam-se a ocupar superfícies consideráveis, pondo em evidência a construção da paisagem, permitindo a identificação das habitações e das zonas verdes com as hortas que forneciam uma parte da alimentação dos habitantes da cidade [MNAz/Fotografia: IMC-DDF-Carlos Monteiro].

Lisboa, cidade de tantos vales e colinas quantos os mitos que envolvem a sua história e as populações que a inventaram, estende-se ao longo do Tejo, no lugar onde o rio termina o seu percurso por terras ibéricas e mergulha no oceano Atlântico.

Lisboa nasceu na colina do Castelo de São Jorge, onde um povoado da Idade do Bronze deixou os seus vestígios, que cruzaram com muitas outras marcas gravadas por gregos, fenícios, lusitanos, romanos, visigodos, árabes, judeus e cristãos. Um longo caminho de gentes e de culturas, de estórias e de lendas, de deuses e de heróis que, como Ulisses o fundador mítico da cidade – Olisipo - que lhe deve o nome, construíram e reconstruíram este espaço urbano. Se os romanos, dando conta da posição estratégica da cidade desde 195 a.C., a organizaram em torno das actividades ligadas ao mar, construindo numerosos edifícios que permanecem, foram os árabes e os berberes, que a conquistaram aos visigodos e a ocuparam por volta de 714-719, assegurando, de forma irreversível, o desenvolvimento económico, comercial e cultural da cidade, a que chamaram Lisbûna. Durante quatro séculos, a presença muçulmana deixou no espaço da cidade, saberes, práticas, valores mouriscos, mas também patrimónios construídos - muralhas, bairros, casas e ruas labirínticas ainda bem visíveis em certos lugares da velha cidade – , fixando a densidade urbana de Lisboa e a sua vocação comercial e portuária.

Conquistada aos mouros por D. Afonso Henriques, em 1147, Lisboa adquiriu uma nova dimensão política com a instalação da Corte portuguesa, tornando-se em 1256 a cidade- capital do reino de Portugal. Desenvolvimento comercial, aumento demográfico, novos núcleos habitacionais, muralhas, torres e cercas, palácios, conventos, igrejas, edifícios e espaços públicos destinados a diversas actividades, como armazéns, feiras e mercados, vieram a dar novo fôlego à cidade medieval, reflectindo o lugar que desempenhava, desde finais do século XIII, no comércio marítimo europeu.

A expansão marítima quatrocentista veio consolidar um já longo um processo de vocação marítima da cidade. A abertura do oceano Atlântico, as novidades descobertas, as populações encontradas e as relações estabelecidas fixaram o carácter multicultural de Lisboa que, em 1551, atingia 100.000 habitantes. O poder da cidade assentava nos laços comerciais que mantinha com outros espaços urbanos espalhados pelo mundo, nas Américas, na África, na Ásia, de onde provinham, as mercadorias cobiçadas nos mercados europeus. Ouro e prata, pedras preciosas, pimenta e outras especiarias, drogas, tabaco e açúcar, madeiras, têxteis e muitos escravos, a maioria africanos, faziam de Lisboa um lugar de negócios e de riqueza, que atraía muitos e diversos mercadores oriundos do espaço europeu. O país todo rodopiava em torno de uma actividade comercial frenética que gerava dinâmicas de crescimento urbano, económico, agrícola, industrial/artesanal e movimentos populacionais intensos.

A Lisboa quinhentista e seiscentista cresceu, reconstruiu-se, renovou-se, diversificou-se, na arquitectura, na organização e gestão dos espaços, nos quotidianos urbanos, nos sistemas sociais, religiosos, técnicos, culturais, marcados pela pluralidade das gentes e das ideias que chegavam, circulavam e se fixavam na cidade. A Lisboa dos Descobrimentos transformou-se no grande centro do comércio europeu, marcada pelas construções ribeirinhas que asseguravam o poder político e económico. Do Terreiro do Paço ao Rossio, do Convento da Madre de Deus ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém, multiplicaram-se grandes construções, como palácios, igrejas, conventos, edifícios comerciais, mas também bairros novos, ruas, praças e espaços públicos assegurando funções diversas, indispensáveis à vida urbana. A grandiosidade arquitectónica manteve-se durante a dominação filipina, tornando-se magnífica e faustosa no século XVII, graças ao ouro do Brasil – quer dizer, ao trabalho escravo africano -, que permitiu

grandes e luxuosas construções, mas também a grande obra que foi o Aqueduto das Águas Livres, que veio permitir um abastecimento regular das águas à cidade de Lisboa.

A Lisboa da segunda metade do século XVIII ficou marcada pelo devastador terramoto de 1755. Da reconstrução da cidade, obra do iluminista Marquês de Pombal, salienta-se a Baixa pombalina, que, obedecendo a um plano urbanístico de quadrícula aberta, consagrou a centralidade do Rossio – espaço de encontro e de comércio - e do Terreiro do Paço, a Praça do Comércio, que manteve a sua vocação fluvial e a sua dimensão político/nacional.

No século XIX, o liberalismo viria a introduzir novas dinâmicas nos quotidianos da cidade, marcadas pela vertente social: a Baixa e o Chiado tornaram-se lugares de lojas, cafés, teatros, livrarias e clubes procurados pelas elites lisboetas, ao mesmo tempo que a abertura da Avenida da Liberdade, em 1879, transferiu a expansão urbana para o interior, afastando-se do Tejo, procedendo-se nessa zona da cidade à instalação de núcleos habitacionais e de edifícios destinados a assegurar o desenvolvimento industrial e comercial da nova urbe oitocentista.

A emergência e consolidação do Estado Novo, desde 1926 e até 1974, traduziu-se numa reorganização da cidade marcada pelas ideias nacionalistas de um sistema colonialista e totalitário que optou pela criação de uma Lisboa monumental ao serviço do poder: edifícios públicos, novas urbanizações, grandes construções, simbolizavam o passado glorioso dos Descobrimentos portugueses, legitimando a dureza das relações coloniais e fornecendo o alimento patriótico, destinado a opacizar a violência da miséria e da opressão do regime. Se o desenvolvimento da periferia da cidade, a construção de bairros sociais, algumas importantes obras de engenharia civil marcaram as políticas relativas à reorganização da cidade, foi sobretudo a intervenção na zona de Belém, que pôs em evidência o projecto urbano da Ditadura : a Exposição do Mundo Português (1940), junto ao Mosteiro dos Jerónimos, veio dar a conhecer aos portugueses a justeza e a generosidade das políticas coloniais do regime, perante a selvajaria dos povos colonizados, trazidos e expostos como animais, para servirem de justificação à tão altruísta e humanitária «missão civilizadora» dos portugueses no mundo.

O Portugal democrático, nascido da revolução do 25 de Abril de 1974 abriu as portas a uma modernização do país, que permitiu assegurar novas linhas de intervenção urbana, como a reabilitação de bairros históricos de Lisboa e a valorização dos patrimónios arquitectónico e cultural da cidade. Mas os novos imigrantes africanos continuaram a conhecer os bairros periféricos degradados e os trabalhos duros, e a confrontar-se com novas e velhas formulações de um preconceito secular, reforçado, nas décadas finais do império, pela violência da guerra colonial, que deixou marcas profundas na população portuguesa.

É neste contexto de vários séculos, de Quinhentos até hoje, que se desenvolve uma longa, constante e continuada ‘migração’ de populações africanas que, «à força» até aos finais do século XVIII, e depois «pela força » do colonialismo do fim de Oitocentos a 1974, e da globalização dos nossos dias, se foram instalando na cidade de Lisboa.

A presença destas populações sempre diferiu de qualquer outra : a maioria dos africanos não vieram de livre vontade, procurando concretizar projectos próprios como aconteceu com romanos e árabes, mas trazidos pela violência da escravatura, capturados ou comprados em África, para serem introduzidos, despojados de tudo, até da sua humanidade, no extremo ocidental do fragmento ibérico da Europa. Durante séculos desempenharam tarefas indispensáveis, mas também as mais duras e mais desvalorizadas da sociedade. Inseridos em

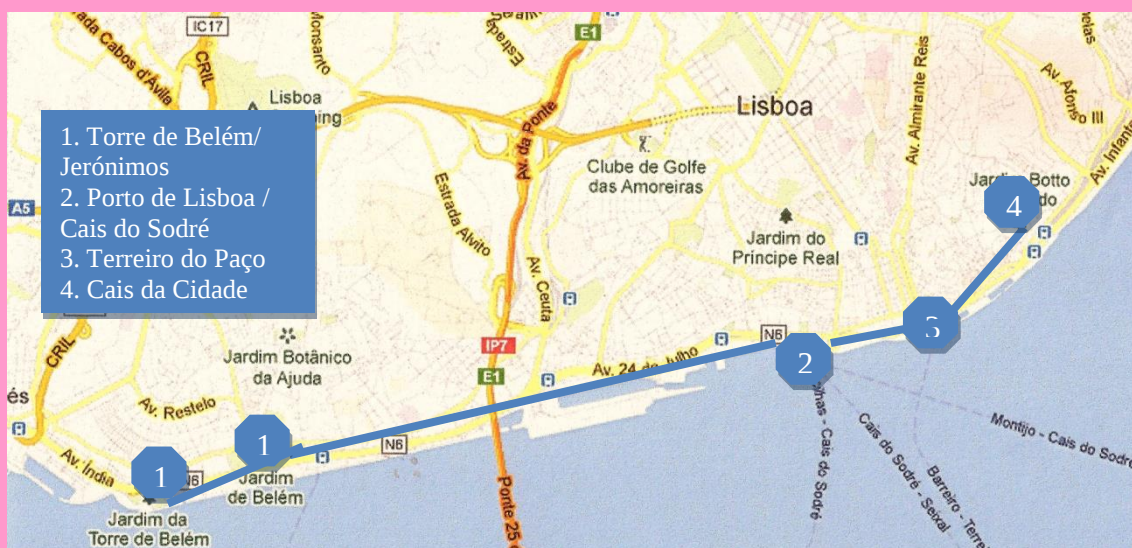
todos os sectores criadores de riqueza, os africanos, escravos ou livres, foram um elemento estruturante da vida urbana portuguesa.

A visibilidade da sua presença apresenta-se hoje marcada por uma grande fragilidade, não só porque a sua integração se fez no quadro das tarefas quotidianas que não deixaram as marcas das grandes obras cuja materialidade lhes permite atingir a perenidade, mas também porque, desconsideradas e rejeitadas, as populações africanas foram sempre transferidas para o espaço do desinteressante, do indesejável, do condenável. Cabe à História recuperar esses percursos das relações humanas e fornecer os elementos indispensáveis à reconstrução do passado, permitindo organizar a memória dos homens e das sociedades, esclarecendo identidades, contribuindo para resgatar conhecimentos capazes de contribuir para estruturar solidariedades, eliminar as fronteiras do preconceito, da discriminação e da exclusão, e promover diálogos inter e pluriculturais criadores de uma cultura da igualdade e da paz.

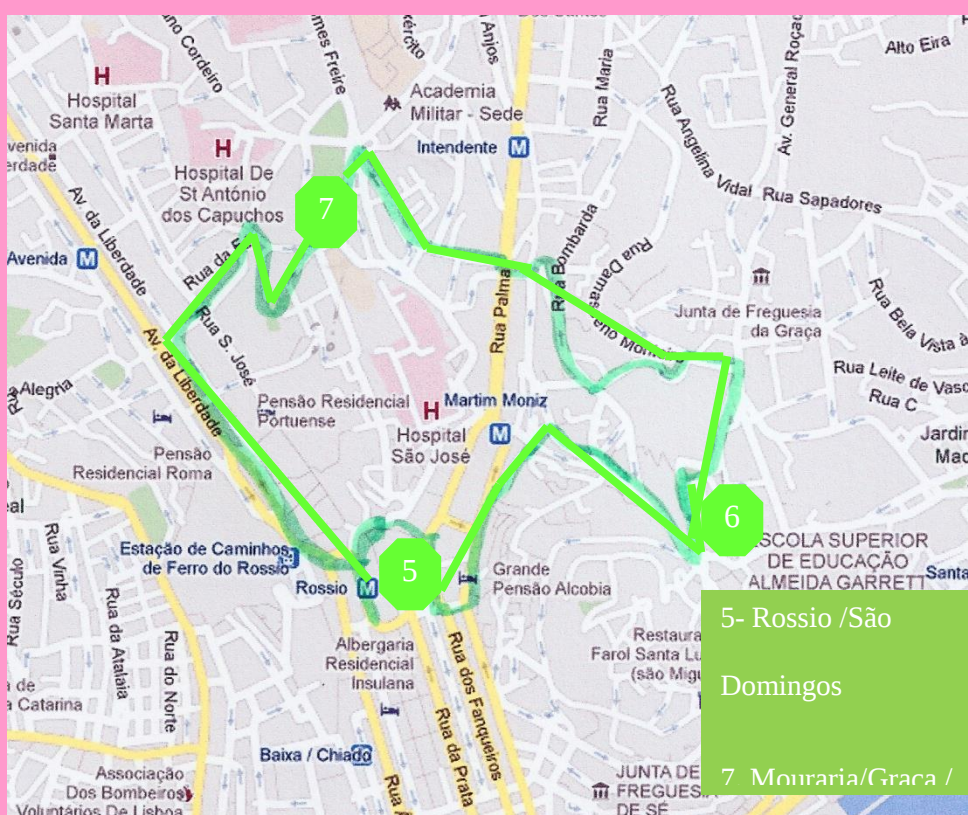
O objectivo deste Roteiro é dar a ver a africanidade de Lisboa, dispersa numa pluralidade de memórias e de vestígios imateriais e invisíveis nos dias que vivemos. A história diz-nos como foi a instalação e a vida de milhares de africanos que durante séculos participaram no processo de construção do facto nacional. Percorrendo a cidade, munidos do conhecimento histórico, somos surpreendidos pela vigorosa presença africana que invadiu todos os espaços da sociedade lisboeta, reconstruímos uma Lisboa escondida, submersa por um preconceito secular que ainda domina o nosso imaginário colectivo, e compreendemos, com mais clareza, não só comportamentos, valores, práticas que permanecem nos quotidianos urbanos, como também as reinvenções constantes da identidade portuguesa.

CIRCUITOS

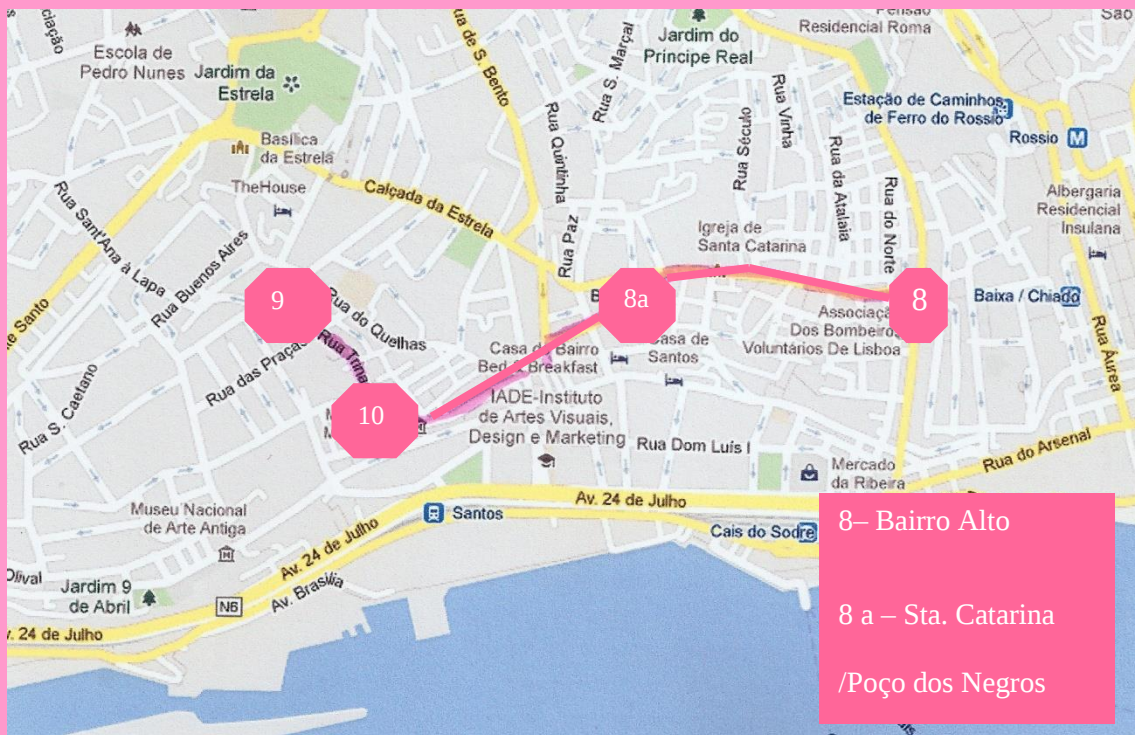
CIRCUITO I – A LISBOA RIBEIRINHA: PODER, COMÉRCIO, LAZER



CIRCUITO II – LISBOA DAS COLINAS E DOS QUOTIDIANOS POPULARES



CIRCUITO III – O BAIRRO DO MOCAMBO, INVENÇÃO LUSO-AFRICANA

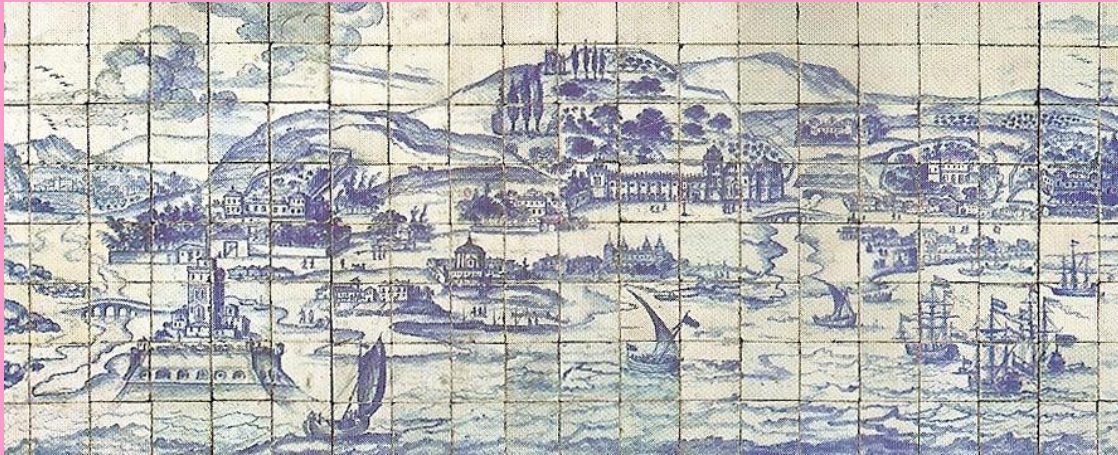


CIRCUITO IV – DA LISBOA COLONIAL À LISBOA DA LIBERDADE



I – Lisboa Ribeirinha: poder, comércio, lazer

1. O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém



Lugares simbólicos dos Descobrimentos e da epopeia marítima portuguesa, estes dois monumentos construídos nos inícios do século XVI, foram frequentemente utilizados pelos poderes para legitimar projectos e ideológicos, como aconteceu de forma muito intensa durante o Estado Novo. Se marcam o momento fundador de um encontro continuado dos portugueses com os africanos, estão igualmente ligados, pela natureza das relações estabelecidas, ao tráfico negreiro português e a escravização de milhares de africanos retirados à força, durante séculos, dos seus territórios de origem. Hoje, estes sítios de história e de memória tornaram-se espaços de um passado constantemente reinventado, integrados numa cultura turística da cidade, e associando conhecimento e lazer, sem ter perdido a sua dimensão de «facto» nacional.

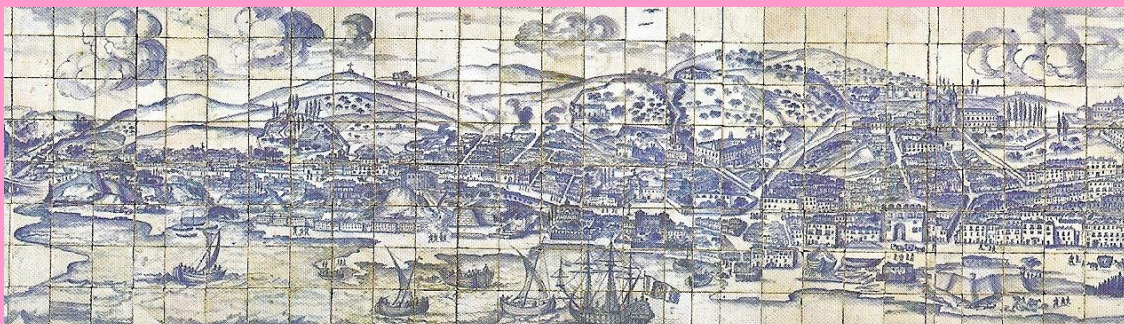


Vista dos Jerónimos, da Praia de Belém e a da Torre de Belém, da autoria de Filipe Lobo (1660), que põe em evidência a actividade social frente ao monumento, onde o chafariz permite constatar a hierarquia das populações urbanas. Brancos a pé ou a cavalo são acompanhados pelos criados pretos, escravos ou forros, enquanto as mulheres - todas brancas - se abastecem de água. Á direita, em primeiro plano, pode ver-se uma das muitas vendedeiras pretas ou mestiças que palmilhavam Lisboa de lés-a-lés [MNAA/Fotografia: IMC-DDF]. A escultura em pedra, quinhentista, representando o perfil de um africano, integra o Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, permitindo a sua identificação graças às características físicas. Esta maneira de ver os africanos, centrada na leitura fisiognómica do rosto, começou a organizar-se no século XIII, consolidando-se durante séculos e prolongando-se até aos nossos dias [Fotografia: IGESPAR DIDA AF -Luís Pavão].



O Mosteiro dos Jerónimos, a Praça do Império, a Torre de Belém, os espaços envolventes e o Tejo são sempre lugares de memórias vividas, de circuitos turísticos variados e dos muitos quotidianos reinventados pelas diferentes populações que habitam a cidade dos nossos dias[Fotografias:Ana Fantasia].

2. O Porto de Lisboa



Lisboa estende-se ao longo do Rio Tejo, concentrando as múltiplas actividades ligadas à navegação, à pesca, ao comércio das mais diversas mercadorias, entre elas os escravos africanos importados desde finais do século XV. A zona, designada de Ribeira das Naus, organizava-se, ontem como hoje, em torno do Cais do Sodré, e incluía também os estaleiros de uma importante construção naval que marcou durante vários séculos a economia portuguesa. Lugar de marinheiros, de artesãos, de varinas, de trabalhadores diversos, de muitas origens e culturas, e também de manifestações lúdicas, o porto de Lisboa – expressão que hoje inclui uma extensa fachada que se estende entre o litoral ocidental e oriental da cidade – foi-se transformando ao longo dos séculos em função dos projectos políticos, adquirindo novas valências, perdendo outras, mas mantendo o essencial da sua relação com o rio e com a população lisboeta.



O Porto de Lisboa, gravura quinhentista de Theodore De Bry, representa a margem ribeirinha do Tejo marcada pelas inúmeras atividades que caracterizam os cais, onde os africanos desempenham as tarefas mais duras da estiva e da navegação. A construção naval constituiu também uma actividade portuária, na qual participavam africanos procurados pelas suas competências técnicas, ligadas sobretudo à carpintaria. [Service Historique de la Défense/Département de la Marine, Paris, 1592].

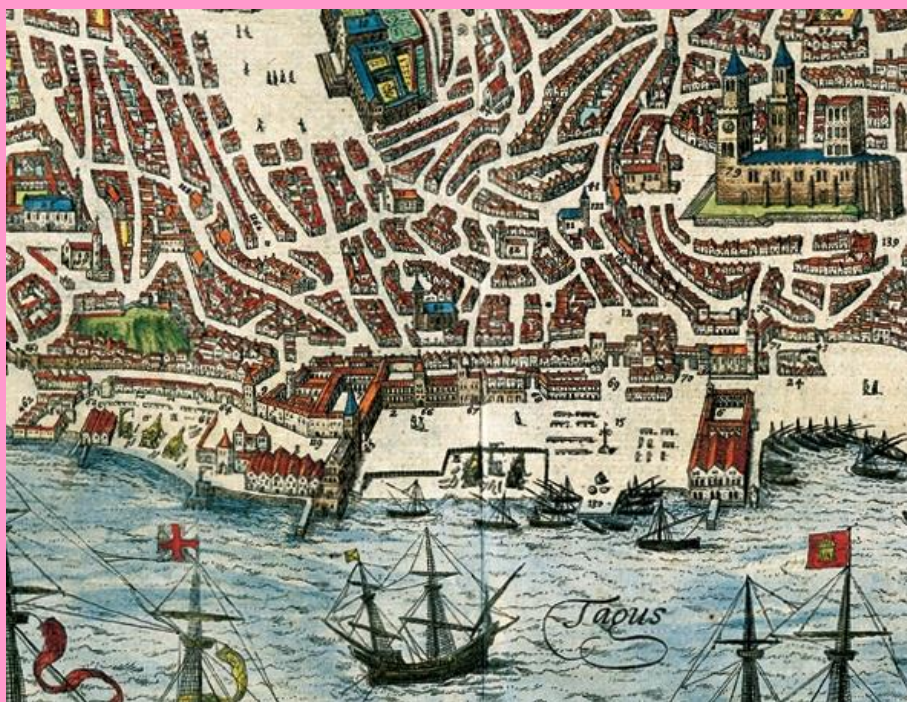


O Cais do Sodré ontem e hoje. Pintura de Joaquim Marques de 1785, que mostra a intensa actividade fluvial que caracterizava este cais de Lisboa. Podemos identificar uma espécie de orquestra formada por africanos, nos quais também se integra um dos muitos portadores de Meninos-Jesus, que procuram obter esmolas. Um tambor europeu, um instrumento de corda, parente da harpa, três ou quatro pandeiretas revelam a presença africana sempre ligada à música, à dança e à festa. [MNAA. Fotografia: Júlio Marques]. Hoje os marcadores são outros, mas o espaço conhece dinâmicas similares [Fotografia: Ana Fantasia]



Se o Cais do Sodré continua a ser um lugar de intensa vida urbana – circulação rodoviária, ferroviária, travessia do rio, comércio ambulante, lojas de aprestos marítimos, serviços administrativos e empresariais – a frente fluvial tornou-se num espaço lúdico de passeio e de descanso, de jardins e de «olhar» as águas, os barcos e a outra margem do Tejo [Fotografias: Ana Fantasia].

1. O Terreiro do Paço versus Praça do Comércio



Pormenor da **Estampa de Lisboa no século XVI** de Giorgio Braunio (1593), que mostra o Terreiro do Paço (nº 15), tendo à direita, junto ao rio, a Alfândega de Lisboa, onde se encontrava a Casa dos Escravos, instituição que geria as transações desta 'mercadoria', antes da sua transferência para a Casa da Índia Nova (nº8). Ao fundo, a Porta da Ribeira (nº69) que permitia o acesso ao Largo do Pelourinho Velho (nº12), desaparecido com o terramoto de 1755, de onde saía a Rua Nova dos Mercadores (nº 13), hoje Rua do Comércio. A Sé Velha, à direita (nº79) domina a cidade. [MC-CML. Fotografia: Júlio Marques].

Coração do poder nacional, a dimensão política da primeira designação que remete para a autoridade real, depois republicana, não esconde a sua vocação comercial que sempre acompanhou este espaço da cidade, apesar das múltiplas transformações urbanas, dependentes das conjunturas, mas também dos acidentes naturais como o grande terramoto que destruiu Lisboa em 1755. Local de sempre das decisões políticas, acolhendo hoje Ministérios diversos, foi e é o centro da organização e da gestão das actividades económicas – sítio da Alfândega quinhentista onde se integrava a Casa dos Escravos, que depois veio a ter lugar na Casa da Índia - , bem como das manifestações da violência religiosa, de que são exemplo os autos-de-fé da Inquisição que aqui se realizavam na presença de multidões em delírio.

Saindo do Terreiro do Paço pela antiga porta da Ribeira, em direcção à Sé Velha construída durante o século XII sobre a antiga mesquita muçulmana, entrava-se no



Terreiro (Largo) do Pelourinho Velho onde se vendiam escravos « empilhados no meio do chão, formando um círculo, [...] as cabeças no centro [...] amarrados pelos pés», nas palavras de um viajante italiano, no último quartel de Quinhentos, que os compara a «uma vara de porcos que se afocinhassem na conquista de um lameiro, já pela acção, já pela côr [...]».



[MNA - DDF - IMC. Fot. Luísa Oliveira]



Em cima, à esquerda: Grilhetas e algemas de ferro oitocentistas destinadas a prender os escravos [MNA.Fotografia:DDF-IMC/Luisa Oliveira].À direita, pormenor da actual Rua do Comércio, cuja actividade comercial atravessou a história da cidade.

O Terreiro do Paço nunca deixou de ser o grande espaço urbano dos encontros festivos - culturais, sociais, políticos, religiosos -, sem esquecer a sua vocação ribeirinha, que fez e faz dele ponto de intimidade com o rio, de partida e de chegada através dos circuitos fluviais de grande impacto turístico.



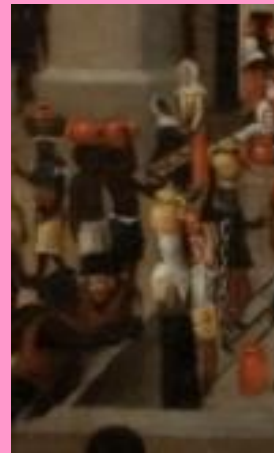
Reconstruída depois do Terramoto de 1755, a praça apresenta hoje a mesma organização espacial pombalina da sua reinvenção. À esquerda, o lugar do antigo Paço, à direita, o sítio da antiga Alfândega é hoje o Ministério das Finanças, e as arcadas bem como as margens do rio, servem de local de lazer dos lisboetas.

4.Os Cais orientais da Cidade e as relações comerciais e sociais



A relação íntima da cidade com o rio, via líquida de ligação com o mar vizinho, quer dizer com o mundo, caracterizou-se pelo desenvolvimento das muitas actividades que emergem no quadro dos espaços urbanos marítimos. Os Cais são por isso lugares de trocas múltiplas, de circulação de mercadorias velhas e novas, de negócios mais ou menos lícitos, de gentes nunca vistas, de relações sociais inovadoras que carregam consigo ideias, conhecimentos, comportamentos,

valores, que não podem deixar de ser agentes de mudança. As designações dos cais – do trigo, da madeira, da pedra, do sabão, do carvão, da cal – dão conta da importância económica da zona ribeirinha de Lisboa, com uma retaguarda de ruas, de lojas, de mercadores, também de palácios e de muitas igrejas, que não podia deixar de estar associada à mais importante estrutura de distribuição de águas da cidade, o Chafariz d’El Rei, lugar de festa, de trabalho, de vivências múltiplas, integradoras das muitas gentes lisboetas. Se os cais foram os espaços seculares da chegada de africanos, quase sempre escravos, representaram também o local da sua socialização na sociedade portuguesa.



O Chafariz d’El-Rei no século XVI, pintura de autor desconhecido, que se supõe datar de 1570-1580, e que se inscreve na linhagem da pintura da época, no Norte da Europa, centrada em cenas urbanas. Se a qualidade pictórica se releva algo medíocre, em contrapartida põe em evidência a flexibilidade da composição que permite proceder ao inventário das práticas lisboetas, inscritas num espaço limitado atrás pelas construções na velha Ribeira das Naus, sendo o primeiro plano consagrado às actividades marítimas. O quadro concentra uma multidão misturando vários grupos sociais, onde se destaca uma grande quantidade de africanos desempenhando as mais diversas tarefas, transportando água ou calhandras cheias de detritos, descarregando as embarcações acompanhando os senhores ou sendo levados bêbados para a cadeia. Mas algumas cenas são inusitadas e surpreendentes: um africano ao leme de uma pequena embarcação, enquanto o colega toca pandeireta para tornar mais doce a relação amorosa dos dois passageiros brancos; a figura de um escravo - na “pista de dança”, à esquerda- carregando uma bilha na cabeça e preso por uma corrente de ferro que liga o pescoço aos pés[] pormenor superior direito; um africano a cavalo com o hábito da Ordem de Santiago[pormenor inferior direito]; no baile, podemos ver um par dançante formado por um homem preto, aparentemente calçado, e uma mulher branca, descalça! Às janelas, as portuguesas contemplam o espectáculo, marcado pela música e pela dança. [Colecção Berardo, Fotografia: Júlio Marques].

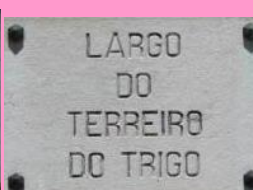


O Chafariz d’El Rei, hoje sem água, permanece um lugar simbólico de Lisboa, revelando nas suas inscrições o complexo processo de distribuição das águas, que através de posturas municipais, como a de 1551, procedia à repartição das bicas, segundo a côr, o sexo e o estatuto social das populações que aí se podiam abastecer [Fotografia: Ana Fantasia].



Hoje, os antigos cais e as zonas próximas do interior –tendo a Sé na sua esfera urbana - registam uma multiplicidade de actividades onde permanecem as memórias do passado, como a Rua e o Arco de São João da Praça que nos levam à Praça e Igreja do mesmo nome, lugar de venda de escravos, e as dinâmicas urbanas reinventadas, como o pequeno comércio especializado, a produção artesanal em via de extinção, o frenesim dos mercados, os edifícios

ligados à alfândega e aos movimentos de importação/exportação, traduzidos em particular nas toponímias: Jardim do Tabaco, Rua do Cais de Santarém, Novo Terreiro do Trigo. Mas sublinhe-se também o desenvolvimento dos circuitos urbanos e a ligação ferroviária e rodoviária com o interior do país agrícola e sobretudo a vertente inovadora das iniciativas de carácter cultural, que para além das festas populares, evidencia a importância desta zona urbana no contexto da cultura lisboeta, como é o caso do novo fôlego atribuído hoje à quinhentista Casa dos Bicos [Fotografias: Ana Fantasia].



II . A Lisboa das colinas e dos quotidianos populares

5. Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira



Pormenor da Estampa de Lisboa no século XVI (Braunio, 1593), assinalando o amplo espaço do Largo do Rossio, o Convento de São Domingos e o Hospital de Todos-os-Santos, em contraste com o emaranhado das ruas medievais que, das colinas e dos vales, se estendiam para o Tejo.[MC-CML. Fotografia: Júlio Marques].

Ontem como hoje, o Rossio e o Largo de São Domingos são os lugares do encontro preferidos pelos africanos. Se o Rossio era, para todos – incluindo os africanos –, o largo da feira onde tudo se comprava e se vendia, o local onde se podiam encontrar artesãos à espera de clientes, o espaço das muitas festas, das touradas, dos conflitos, das tabernas, do Hospital de Todos os Santos, dos muitos espectáculos como os autos-da-fé da Inquisição, a Praça da Figueira, ao lado, acolhia forasteiros que aí encontravam grandes feiras especializadas onde era possível tocar as produções nacionais e as mercadorias importadas. Entre as duas praças, mas ligado ao Rossio, o Largo de São Domingos foi o lugar onde homens e mulheres de África puderam encontrar desde finais do século XV acolhimento e apoio que tornaram menos dura a sua integração na sociedade lisboeta. Inserida no Mosteiro de São Domingos, a igreja do mesmo nome abriu as suas portas à primeira confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que viria a transformar-se, em Portugal e no seu império, num lugar de devoção e de protecção social de escravos e não escravos africanos.

Hoje, os africanos continuam a fixar-se neste lugar, onde se cruzam línguas, religiões e culturas de África, permanecendo um espaço de religiosidade que os descendentes dos “feiticeiros” do passado continuam a percorrer, anunciando os seus poderes mágicos e distribuindo “cartões de visita”.

ASTRÓLOGO ♦ ESPIRITUALISTA ♦ CIENTISTA

«MESTRE BAIO»

Grande cientista, espiritualista e curandeiro. Descendente de uma antiga e rica família com poderes de magias negra e branca, feitiços dos impérios do mal: Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri, Coordenador dos (Impérios do mal), mesmo ao longo de muitos anos, conhecedor de casos desesperados, ajuda e aconselha qualquer problema, grande ou de difícil solução e sabedoria, em curtos prazos, como por exemplo: Amor, falta de força, insucessos, negócios, “maus olhados”, maus vícios, emprego, inveja, desânimo... Aproximação e afastamento pessoas amadas, lê a sorte pelo bom espírito e forte talismã. Faz trabalhos à distância. Conhecido por toda a Europa e África. Consulte o Mestre «Baio» das 8.30 às 21 horas, de segunda a sábado, marcando através de telefone ou por carta. O Mestre «BAIO» ajuda a tratar o seu problema com honestidade. Ajuda e aconselha problemas difíceis ou grandes.

Rua Morais Soares, n.º 160, 3.º dt.º
Praça do Chile – 1900 Lisboa
966 472 453 – 21 840 74 39 – 21 496 27 55



O Rossio e a Igreja de São Domingos. Situada no lado esquerdo de um desenho de Zuzarte (1757), integrado no mosteiro dos Dominicanos, a igreja de São Domingos desempenhou desde muito cedo, um papel central na protecção dos africanos lisboetas. Em 1508, D. Manuel à semelhança do que já acontecia com outras confrarias, concedeu “à confraria dos pretos que se faz no mosteiro de S. Domingos” um pecúlio financeiro por cada caravela que viesse da Mina. As intervenções dos confrades africanos junto dos poderes públicos permitiram alcançar direitos tão importantes como o acesso ao estatuto de regateira da cidade para as africanas forras, ou como a inviolabilidade das habitações pelas autoridades policiais, em determinadas circunstâncias. A Imagem mostra, em primeiro plano, o imponente Hospital Real de Todos -os -Santos, destruído pelo terramoto de 1755, bem como as casas assentes sobre arcadas, respeitando as regras do mediterrâneo. Este dispositivo arquitectónico, que permitia o ensombramento e evitava a chuva, era importante num espaço público, cenário das celebrações litúrgicas e das festividades mais relevantes da cidade ao longo de séculos.[col. Particular, Fotografia: Júlio Marque]





O Lugar do Encontro em Lisboa. *O Largo e a igreja de São Domingos, na sua relação com o Rossio, mantém-se, hoje como ontem, o território escolhido pelos africanos para se concentrarem, qualquer que seja o sexo, a idade, a origem, a religião, a profissão. Se a memória da importância religiosa e social deste lugar na vida dos africanos – escravos e forros – se perdeu certamente, podemos contudo aceitar que o sítio constitui um símbolo dessa presença secular, transmitido de geração em geração. Registe-se, aliás, a maneira como os africanos se apropriaram de uma parte do Rossio, colada praticamente ao Mosteiro de São Domingos, utilizando esse espaço como lugar de confraternização entre os vários segmentos “nacionais” que constituíam e constituem o núcleo africano em Lisboa, sob a protecção da autoridade religiosa. A ligação à Praça da Figueira e ao Largo do Martim Moniz marca a importância comercial destes lugares que se foram especializando numa oferta “africanizada” que se estende dos produtos alimentares aos mais diferentes bens de consumo dos livros e revistas aos produtos de beleza e ao vestuário.[Fotografias de Júlio Marques e Ana Fantasia].*

6. Mouraria, Graça Alfama: Práticas Sociais e Religiosas



Pormenor de Carta Inglesa da Society of Diffusion of Useful Knowledge, de 1844, onde é possível ver a articulação entre a Mouraria, a colina onde se encarrapita o Mosteiro da Graça,,o casario de Alfama, o Tejo e a outra banda.

Seguindo para oriente, em direcção à colina da Graça, cruzando a Mouraria e descendo para Alfama, velhos bairros dos mouros medievais, os caminhos labirínticos percorrem lugares marcados pelas presenças seculares de africanos, que por ali viviam, por vezes em casa própria, desempenhavam tarefas comerciais, artesanais e vendiam os seus serviços também para a limpeza e o abastecimento da cidade.



Marinheiro tocando guitarra. *Fardado de marinheiro, este homem mestiço toca uma guitarra portuguesa, função muito estimada pela sociedade portuguesa de ontem e de hoje. Parece terem sido os africanos que introduziram nos meios aristocráticos o gosto pelo fado, tendo a Mouraria concentrado todas as categorias sociais amantes desta canção nacional. Os bairros populares da cidade procuraram manter sempre viva esta tradição portuguesa, que hoje tem direito a museu, em Alfama, e é património da Humanidade. [Desenho aguarelado de Maia, Typos e Trajos de Lisboa, 1845. Fotografia: Júlio Marques].*



A Igreja setecentista da Graça, situada no Mosteiro do mesmo nome, foi e é lugar de Nossa Senhora do Rosário, ladeada, como em muitos outros altares que lhe são dedicados em Portugal e no Brasil, por quatro santos negros que sublinham simbolicamente uma relação preferencial da Santa com as populações africanas, visível nas festividades e procissões consagradas a Nossa Senhora do Rosário que se realizavam em particular nos velhos bairros da cidade. Eram eventos sempre muito concorridos por africanos, membros ou não das confrarias, como foi caso de uma importante festa do Rosário que teve lugar no dia 1 de outubro de 1730, no adro da igreja do Convento do Salvador, situado no contexto urbano onde se encontram os três velhos bairros lisboetas da Graça, do Castelo e de Alfama: aparato musical, peditórios e danças, muitos africanos de origens diferentes, “de Angola”, “do Congo” e “da Mina”, marcaram a cerimónia religiosa, também social e fortemente ligada às diversas culturas e memórias de identidades longínquas.



A igreja da Graça, o altar da Irmandade do Rosário dos Pretos e os Santos Negros integrados nesta igreja setecentista de Lisboa.. O comportamento do clero católico foi frequentemente paradoxal: por um lado apoiou, para manter os africanos longe das instituições religiosas dos brancos e evitar os conflitos provocados por estes últimos, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; por outro lado, aprovou a existência de capelas onde santos negros tomavam lugar, velando pela Santa. Trata-se de Santo António de Noto e São Benedito de Palermo, ambos santos sicilianos descendentes de escravos, venerados desde meados do século XVI, o seu culto tendo- se instalado em Portugal no início do século XVII. Os outros dois santos são Santo Elesbão (século VI) e Santa Ifigénia (século I), santos oriundos da Etiópia, conhecidos e venerados em particular na Andaluzia, de onde o seu culto terá sido introduzido em Portugal, na primeira metade do século XVIII. [Fotografias: Júlio Marques.]



O Mosteiro, a Igreja e o Miradouro da Graça. Ao longe a colina do Castelo de São Jorge , mais abaixo Alfama que se estende até ao rio. [Fotografias: Ana Fantasia]

7. O Campo de Sant’Ana e a Rua das Pretas. Subindo ao Chiado

Subindo para o interior em direcção ao centro da cidade, mais uma colina que a história regista como lugar de memória dos africanos lisboetas: o Campo de Sant’Ana, hoje Campo dos Mártires da Pátria, que serviu de matadouro de Lisboa no século XVI, mas foi sobretudo como lugar de distribuição de águas – o chafariz de Sant’Ana - nos finais do século XVIII que atraiu mulheres africanas, que desempenharam , durante séculos essa tarefa indispensável à vida urbana. A Rua das Pretas ali ao lado regista essa presença secular, já que o lugar nunca deixou de ser utilizado como espaço de trocas e de negócios, e também de festas, as africanas forras usando as suas casas como estalagens para os muitos forasteiros que por ali circulavam.

No século XIX, o Campo de Sant’Ana foi também lugar de espectáculos de touradas, que sempre suscitaram a adesão dos africanos. Hoje desaparecida, a praça de touros do Campo de Santana, inaugurada em 1831, era um espaço pequeno, quase toda de madeira, sem o tipo clássico dos redondéis hispano-árabes, um arena “brinco de touros”, onde touream muitos africanos, entre eles o Pai Paulino, um dos grandes animadores desta praça de touros, figura carismática da Lisboa Oitocentista, que pertenceu a várias confrarias, todas empenhadas em defender os direitos dos africanos. Como acontecia com os membros do seu grupo, foi enterrado numa vala do cemitério do Alto de São João, mantendo-se a tradição que excluía os africanos das formas normais de enterro, modo de proceder que já se registava no século XVI.



O Campo de Sant’Ana, a Praça de Touros e o Busto de Faiança do Pai Paulino . A fotografia mostra, ao fundo e à esquerda, a figura escura e arredondada da Praça de Touros. [AF-CML]. O Busto, da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro (1894), representa o Pai Paulino que, para além de combatente liberal condecorado, foi sobretudo uma figura típica de Lisboa, tendo servido de árbitro nos conflitos em que estavam envolvidos africanos. Caiador de profissão, no Rossio, também foi gaiteiro na procissão do Corpo de Cristo, tendo participado nas lides tauromáquicas do Campo de Sant’Ana, muito apreciadas e publicitadas entre os lisboetas [MBP-CML]



Já no final do século, o Campo de Santana, hoje Campo dos Mártires da Pátria, viria a consagrar-se como local de devoção e de homenagem ao médico português, mestiço, Sousa Martins, a quem o rei D. Carlos chamou «a mais brilhante luz do meu reinado» , aquando da sua morte em 1897. Se hoje o local da antiga praça de touros é ocupado pela Faculdade de Ciências Médicas, o centro do Campo de Sant’Ana, ajardinado, é ocupado pela estátua de Sousa Martins, que continua a ser lugar de peregrinação de muitos portugueses de variadas origens.



Sousa Martins, figura de renome na sociedade portuguesa,, lente a partir de 1872, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, este mestiço, nascido em Alhandra, alcançou reputação de curador de feridas, tanto as psíquicas como as físicas, o que deu origem a rituais levados a cabo por muitos lisboetas “de todas as cores”, destinados a pedir-lhe ou agradecer-lhe a cura para os seus males. A diversidade de objectos que são, ainda hoje, diariamente colocados aos pés da estátua, entre os quais vasos de flores, traduzem, em pleno centro de Lisboa, uma singular religiosidade dos portugueses, que o consideram um taumaturgo.[Fotografias: Júlio Marques].

Descendo a Rua das Pretas, subindo a São Pedro de Alcântara, a Igreja de São Roque marca o caminho para o Chiado, o Bairro Alto e a Lisboa ocidental|[Fotografias: Júlio Marques e Ana Fantasia]



III. O Bairro do Mocambo: uma solução luso-africana

8. Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros



Pormenor da Estampa de Lisboa no século XVI de Glogio Braunio que põe em evidência o Bairro Alto, a igreja das Chagas e a colina que se estende até ao rio, com hortas e pequenas habitações. À esquerda, vê-se a igreja e a freguesia de Santa Catarina, construída em finais do século XV, sobre a colina do mesmo nome, que dominava o Tejo e o movimento naval, atraindo para o local ricos oficiais das carreiras de África e da Índia, que aí fixaram morada, no século XVI. (MC –CML)

Palácios, igrejas, mosteiros e conventos, mas também quintais e hortas e estruturas produtivas da cidade – atafonas e fornos, olarias e pedreiras – e ainda as estalagens para acolher os viajantes, as tabernas e as casas das “mulheres públicas”, algumas geridas por mulheres “pretas forras”, como “ Violante Fernandes, preta da Mina que possui casas próprias” constituem a trama urbana desta zona de Lisboa, onde desde os finais do século XV se foram cruzando continuamente muitas gentes e muitas culturas. É desta época a construção do Bairro Alto para acolher as diferentes populações ligadas às actividades comerciais que se instalavam na cidade. As ruas e as ruelas do Bairro, que ainda hoje permanecem no emaranhado do passado, como a rua do Norte , a Rua da Rosa, a Rua das Gáveas onde “ Bárbara Fernandes, mulher preta [vivía e alugava] em casas suas, avaliadas em 20000 réis”, ou a rua da Atalaia, eram já, no século XVI, lugares de trocas de toda a natureza, de muitas profissões e actividades, onde se estabeleciam carpinteiros, pedreiros, lavadeiras, pretos, brancos e mestiços.

Zona de intensa actividade económica e comercial, o Bairro Alto, o Largo de Camões e o vizinho Chiado eram também lugares de vida social e religiosa, onde não faltavam os africanos. As igrejas desempenhavam um papel central nas muitas festividades religiosas, que por aqui se realizavam, marcadas pela música, pela dança e pela festa introduzidas pelos africanos.

A igreja dos Mártires foi durante muito tempo um dos lugares mais marcantes da festa do Corpo de Cristo, a mais importante cerimónia religiosa portuguesa. Desta Igreja saía a procissão do Corpo de Cristo para a Sé Patriarcal, fazendo um percurso pela Baixa de Lisboa, que variou ao longo dos tempos. Em 1908, um artigo publicado no *Diário de Notícias* dá conta da longa

duração deste fenómeno popular, lúdico-religioso, que adquiriu uma importância singular na vida portuguesa, registando a realização da “procissão do Corpo de Deus na Sé Patriarcal, a que, desde há séculos, anda ligado o tradicional cortejo de S. Jorge. [Se] a procissão não passa hoje do Largo da Sé, o cortejo de S. Jorge (...) conserva porém as coisas mais tradicionais, sobressaindo entre todas elas os cinco pretinhos que com os seus fatos garridos e espantosos executam durante o trajecto nas suas charamelas, aquele “Tá, tará, tá, tá...tá, tá...” que todo o alfacinha aprende de cor desde criança”.



A Igreja dos Mártires e os Pretos de São Jorge. No século XIX, dando continuidade a uma longa tradição secular, os africanos continuavam a ser considerados como particularmente dotados para a música. Esta orquestra dos cinco músicos negros de São Jorge, talhados em madeira, associa os instrumentos de sopro aos de rufo: duas trombetas, uma flauta e dois tambores, salientando-se a exuberância cromática do vestuário assim como o florão azul e branco – cores nacionais de então – dos bicórnios dos músicos. Mas, além de músicos, estas figuras africanas pertencem ao espaço religioso, histórico, simbólico português, pois constituem peças fundamentais da Procissão do Corpo de Cristo, a mais importante festividade religiosa católica, que tinha adquirido uma importância nacional em finais do século XV, obrigando à participação de todas as Confrarias [MC-CML]



Largo de Camões e Chiado.



As Igrejas do Loreto, da Encarnação, das Chagas são apenas três dos muitos lugares religiosos que dominam esta zona da cidade onde o Largo de Camões funciona como o espaço que organiza a ligação do Chiado ao Bairro Alto e à Lisboa ocidental..[Fotografias: Ana Fantasia]



Bairro Alto e Calçada do Combro, descendo para Santa Catarina.[Fotografias: Ana Fantasia]



Igreja de Santa Catarina e Retablete de Nossa Senhora do Rosário. *De autor desconhecido, datada dos finais do século XVI, inícios do século XVII, esta pintura representa um casal de africanos – muito provavelmente casados segundo os rituais católicos – a orar à Santa, vestidos, tendo a mulher a cabeça tapada, como foi corrente em Portugal até ao século XIX. Se o casamento era um fortíssimo marcador social e religioso – na relação divina com os antepassados - das sociedades africanas, o matrimónio católico, adoptado por muitos africanos, permitia-lhes adquirir não só um estatuto reconhecido pelos portugueses, mas também um espaço sagrado onde a manipulação do divino através dos rituais religiosos, lhes garantia uma constante ligação aos seus cultos ancestrais[Igreja de Santa Catarina. Fotografia: Júlio Marques].*

Se a Igreja de Santa Catarina é um marco religioso e social importante da cidade, é também um lugar de referência na história dos escravos, em Lisboa. Passando a igreja, em direcção à Porta da cidade, para oeste, encontrava-se logo a Cruz de Pau, o sítio dos castigos infligidos aos escravos. Aí começa hoje a Rua do Poço dos Negros e se situa a Travessa do mesmo nome, local onde em 1515 D. Manuel I mandou construir o «Poço dos Negros» para que aí fossem lançados os «escravos que falecem nessa cidade [...] e que a maior parte se lançam no monturo que está junto à Cruz [de Pau]» ficando «descobertos [...] e que os cães os comem», o rei dando

indicações precisas sobre a maneira de fazer para “combater os miasmas pútridos”. É pois possível compreender que se começasse a desenhar um espaço destinado aos africanos, cada vez mais numerosos, situado nessa zona fora de Lisboa, mas na sua proximidade.



A Cruz de Pau situava-se no pequeno Largo que assegura a ligação entre as duas ruas cruzadas pelo eléctricos de hoje. À esquerda, fica a Rua do Poço dos Negros, de onde sai, à direita, a Travessa, onde existiu o Poço dos Negros que dá o nome à zona.[Fotografias: Ana Fantasia.]



9. O Mocambo e as suas gentes



Pormenor da Grande Vista de Lisboa. Neste fragmento do silar pode ver-se como o Mocambo se integrava na rede das ruas, largos, becos e caminhos, assinalados também pelas colunas de fumo das olarias ali teriam funcionado. Sublinhe-se a situação do bairro, dentro e fora da cidade, bem como a proximidade de um grande número de comunidades religiosas – extintas em 1834 –, como as de Nossa Senhora da Soledade ou das Trinas, de Santa Brígida, de São Bento, da Estrela, das Bernardas (na fotografia, em baixo), de Nossa Senhora da Esperança.[MNAz. Fotografia: IMC-DDF/ Carlos Monteiro].

Criado por alvará régio de 1593, seguido de outro de 1605, o bairro do Mocambo era “o segundo dos seis bairros em que Lisboa estava organizada, compreendendo então as freguesias de Santos-o-Velho, Santa Catarina, S. Paulo, N. S^a. do Loreto e Chagas”. Mais tarde, outro alvará régio datado de 25 de Março de 1742 assinala os “doze bairros” que organizam a cidade de Lisboa, sendo o décimo segundo designado “Bairro do Mocambo” e compreendendo as “freguesias de Santos e de Nossa Senhora da Ajuda, com os lugares de Alcântara e de Belém” e os “julgados de Barcarena, Algés e Oeiras”.

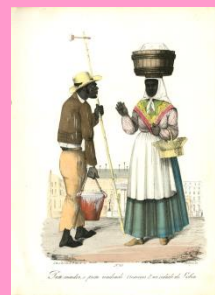


Trata-se de uma designação singular e inédita de um bairro – cremos que único na Europa – que recorre a um termo de raiz africana para o assinalar. *Mocambo*, que em umbundo significa ‘pequena aldeia, lugar de refúgio’, como aliás o termo sinónimo *quilombo*, na língua quimbundo, pertencem à esfera das línguas de Angola.

Se o substantivo assenta na ideia da existência dos negros fugidos, que se instalam no mato, isto é, em território não controlado pelos proprietários, construindo aí as suas habitações e adquirindo a liberdade, o Mocambo de Lisboa que, segundo Raphael Bluteau (1716), era “antigamente [...] sítio de uma quantidade de casinhas de pescadores e negros”, como aquelas a que “no Brasil chamam ...aldeias de uns negros repartidas em choupanas, [chamadas] *mocambos*”, integrava oficialmente a cidade, a designação pondo em evidência o aumento significativo da população africana na capital e a necessidade de criar um espaço para a sua instalação.

Situado nos arrabaldes de Lisboa, o bairro do Mocambo deve ser considerado como uma organização simultaneamente criada pelos africanos, sobretudo livres ou forros, e pelas autoridades portuguesas – ou castelhanas – que a aprovaram, pois permitia ela descongestionar a cidade. As populações africanas procuraram aí encontrar uma habitação autónoma - sem que conheçamos com rigor a propriedade e a arquitectura do espaço -, que podia acolher escravos, à revelia das normas legais, permitindo-lhes uma vivência marcada por algumas práticas culturais africanas, em particular os rituais, religiosos ou sociais (nascimento, casamento, morte, parentesco) que podiam preservar e respeitar, longe do olhar crítico e redutor dos portugueses.

O estudo das muitas fontes escritas portuguesas ou estrangeiras, de algumas obras plásticas ou de outros documentos iconográficos mostra o vai-e-vem desses homens e mulheres africanos, escravos e livres, que trabalhavam na esfera doméstica das famílias portuguesas ou na cidade, desempenhando as mais diversas tarefas urbanas. Sublinhem-se as tarefas essenciais à higiene e manutenção dos espaços públicos - varredores, caiadores, calhandreiras, distribuidoras de água -, mas também o aprovisionamento de bens aos lisboetas, tarefa sobretudo feminina: o comércio de rua e de porta fornecia bens alimentares, produtos agrícolas, bens de consumo como o carvão e o pescado, vendido por regateiras, brancas, pretas, mulatas, que corriam Lisboa de ponta a ponta. Às actividades masculinas ligadas ao mar, da marinaria à construção naval e à pesca devem acrescentar-se os muitos outros ofícios que eram desempenhados pelos africanos, como os fornos de ferraria, instalados na cidade e arredores, as olarias situadas na periferia do bairro do Mocambo, mas também os trabalhos do ferro, do couro, da madeira, da tecelagem e mil outras tarefas que a vida urbana exigia.



Muitos são os documentos iconográficos que dão conta da realidade africana no trabalho. Gravuras, pinturas, azulejos, cerâmicas relatam essa actividade. [Estampas: MC-CML; Azulejos: FCFA. Fotografia: Júlio Marques; MNAz. Fotografias Pedro Leite].

A partir do século XVII, o Mocambo assistiu à instalação progressiva de população portuguesa ligada às actividades do mar. Pouco a pouco, os africanos foram abandonando esse espaço urbano, sobretudo após as medidas pombalinas que decretaram a proibição da importação de escravos (1761) e a abolição da escravatura em Portugal (1773). O desenvolvimento urbano do

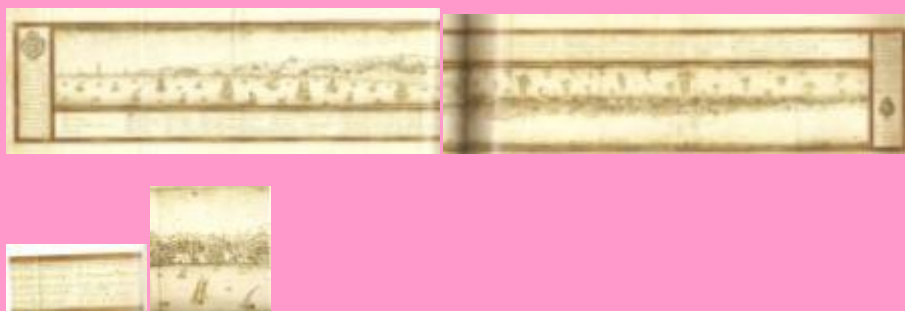
Mocambo segue-se ao terramoto de 1755, como resultado da destruição das zonas baixas da cidade: os africanos que permaneceram forneciam a mão-de-obra barata para o trabalho fabril decorrente da multiplicação de fábricas na periferia norte e noroeste da cidade, até desaparecerem e com eles a designação do bairro.

Sublinhe-se, no entanto, que o bairro deve ter mantido alguma importância na memória dos africanos, pelo menos daqueles que se reconheciam como oriundos de Angola e do Congo, pois que, por volta de 1880, “a casa [onde] se alojou a Rainha “do Congo, D. Amália I, com a sua comitiva, quando se deslocou a Portugal para conhecer e prestar vassalagem ao seu senhor e soberano, o Rei de Portugal”, situava-se precisamente na Travessa do Outeiro, à Rua da Bela Vista à Lapa...”, onde decorriam festas africanas anunciadas e rotuladas de «assombrosas» nos periódicos lisboetas. [O António Maria, 1882 HM- CML]



10. De bairro a travessa, de Mocambo a Madragoa

Se referências seiscentistas ao estatuto social do bairro permitem avaliar esse processo de mudança, dando conta da sua desvalorização - passando “de um dos melhores lugares dos subúrbios de Lisboa” a lugar referido pela sua “sujidade” e pelo aparecimento de “epidemias”, em meados de Oitocentos (Júlio Castilho) -, a cartografia lisboeta mostra a evolução do bairro do Mocambo, a sua redução a travessa e a sua transformação num bairro popular da Lisboa actual , que guarda a ligação ao mar nas memórias e nas práticas festivas.



Vista e Perspectiva da Barra da Costa e Cidade de Lisboa, da autoria de Bernardo de Caula, representa Lisboa em 1763. Trata-se de um desenho à pena e aguadas de tinta sépia e cinza em duas folhas coladas, que “estende” a cidade da Torre do Bugio até ao Palácio do Patriarca (Palácio da Mitra). Ao identificar, com correspondência numérica, 105 topónimos, a carta permite uma leitura de Lisboa muito pormenorizada: saliente-se a legenda nº. 58, que designa “As Tercenas Bº do Mocambo”. [BNP]

A situação social do Bairro modificar-se-ia de novo em meados do século XIX, a alteração das designações toponímicas sendo um reflexo significativo dessa transformação. Os documentos cartográficos de que dispomos dão conta da desaparecimento do bairro e



da existência de uma “Travessa do Mocambo”, dando lugar – provavelmente na segunda metade do século XIX – à actual Rua das Trinas, local do velho convento seiscentista “das Trinas ou de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo”. Nesse período já o bairro seria a Madragoa, designação cuja história é ambígua: derivada de “Madre de Goa”, designação do Convento local das Madres de Goa, ou de “Mandragam”, nome de uma aristocrata madeirense que ali teria casa.



Mapa de Lisboa Oitocentista e pormenor da rua do Mocambo. Mapa de origem alemã, datado de 1844, que segue a matriz de uma carta inglesa de 1833. O pormenor desta carta topográfica permite a visão plena da Travessa do Mocambo, integrada no espaço das Trinas, que regista a passagem do Mocambo de bairro a travessa, pondo em evidência a perda da sua importância urbana.[Gravura de Joseph Meyer. David Rumsey Map Collection, EUA].

Registe-se o facto de, entre 1911 e 1924, segundo Norberto de Araújo, esta “«Rua das Trinas: Mocambo velho» ter sido denominada Rua Sara de Matos, até 1937”, data em que “se repôs na artéria a designação original”, Rua das Trinas, que assinala a história e a memória religiosa do lugar, mantendo no esquecimento a designação africana de um passado secular e a natureza inédita do bairro do Mocambo, “ um dos bairros mais frequentados e populosos da Capital” (Júlio Castilho, 1893).



Convento das Trinas, que foi no século passado o Instituto Hidrográfico Nacional e hoje é....



Palácio de Santos-o-Velho hoje Embaixada de França.

Fotografias actuais da Madragoa, bairro popular ligado ao mar, dos Conventos e dos Palácios de Santos-o-Velho – alguns dos quais são hoje instituições do Estado ou embaixadas-, e de muitos outros lugares onde se cruza uma complexa história social da cidade de Lisboa.

IV. Da Lisboa Colonial à Lisboa da Liberdade



A Lisboa da modernidade, que emerge depois do terramoto de 1755 e das reconstruções pombalinas, revela na sua trama urbana, nos monumentos, nas construções habitacionais, nas oscilações históricas complexas que marcaram os séculos XIX e XX. [Carta Topográfica de Lisboa, 1871, MC - CML]

11. A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização ‘Científica’ dos Africanos

O século XIX foi marcado pela intervenção do Marquês de Sá da Bandeira e dos decretos, redigidos e aprovados entre 1836 e 1869, destinados a abolir, primeiro, o comércio negreiro, depois a escravatura, em todos os domínios portugueses. Mas na sociedade portuguesa, onde a lei reconhecia aos africanos um estatuto de liberdade, estes sendo teoricamente portugueses, a consolidação secular da imagem do africano como ser *naturalmente* escravo dificilmente permitia encarar a alteração do seu estatuto. Esta desvalorização dos africanos reforçou-se sobretudo nos trinta anos finais de Oitocentos, em consequência de novas realidades teórico-ideológicas e político-militares, que marcaram as relações com a África, preparando a dominação colonial do século XX.

Oliveira Martins, pensador e intelectual português, inserido nas correntes científicas europeias, que demonstravam ser o crânio um dos elementos físicos mais aptos a permitir o conhecimento do homem e a organizar grelhas classificatórias, chamou a si, em 1880, a tarefa de demonstrar cientificamente “a inferioridade congénita dos negros” e o absurdo da sua educação. O reforço da oficialização da inferiorização dos africanos, considerados os parentes próximos dos grandes macacos, numa linha corrente na Europa, assentava pois numa evidência ‘científica’, que recuperava e confirmava a sua longa zoomorfização. MACACO

Macaco , de Rafael Bordalo Pinheiro. Muitos foram os macacos então produzidos em cerâmica ou em outras matérias, suportes e técnicas, pois estes primatas, estudados já pelos anatomistas do século XVIII, inscreviam-se, embora por analogia, nos juízos científicos dos discípulos de Darwin, substituindo Deus na origem do homem e permitindo identificar os caracteres físicos que asseguravam o parentesco com os africanos [MBP-CML].





Estátua do Marquês de Sá da Bandeira, de Giovanni Ciniselli, que representa uma das grandes decisões do Marquês de Sá da Bandeira, a abolição do comércio negreiro português e da escravatura. O pormenor revela a figura de uma mulher (cujo modelo terá sido *Fernanda do Vale*, uma portuguesa mestiça, conhecida por ‘*Preta Fernanda*’, escritora e toureira, célebre na época) com uma criança, simbolizando um futuro de liberdade e trazendo ainda no tornozelo as grilhetas da escravatura. [Praça D. Luís I, Lisboa. Fotografia: Júlio Marques].

Homens e mulheres, portugueses cuja origem africana sobressaía no somático, revelam-se nas mais diferentes tarefas e profissões. Muito criticados por diferentes grupos sociais, que estabilizaram os estereótipos negativos que pesavam sobre os africanos, os mestiços, considerados mais pretos que brancos, puderam reforçar a sua posição, nos séculos XIX e XX, mesmo sob a desclassificação geral da sociedade portuguesa. Do Pai Paulino a *Fernanda do Vale* (a *Preta Fernanda*), a *Honório Barreto*, a *Sousa Martins*, a *Gonçalves Crespo*, a *Costa Alegre*, a *Virgínia Quaresma* e outros muitos intelectuais e grandes profissionais de Novecentos, podemos verificar, observando as suas práticas e as suas reflexões, quão importante foi a sua contribuição para a vida colectiva do país.



Fernanda do Vale, a ‘*Preta Fernanda*’, nascida na Ilha de Santiago (Cabo Verde), portuguesa mestiça, designada de forma desvalorizante pela sua natureza somática como acontecia com muitos outros portugueses, aqui representada com um traje de cavaleira tauromáquica, actividade que desempenhou com brilho e competência, sendo uma das primeiras a salientar-se nestas lides lúdicas tão apreciadas em Portugal. Esta aquarela de *Alberto Sousa* constitui a capa do seu livro, em cujo prefácio revela que “*Fernanda do Valle*” é “*Pseudónimo Literário*”. [Recordações d'uma Colonial. (Memórias da Preta Fernanda), Edição de A.Totta & F.Machado, Lisboa, 1912]. Em baixo, fotografia da Praça de Touros de Alge, hoje desaparecida, onde *Fernanda* toureava.



Esta aquarela de *Alberto Sousa* constitui a capa do seu livro, em cujo prefácio revela que “*Fernanda do Valle*” é “*Pseudónimo Literário*”. [Recordações d'uma Colonial. (Memórias da Preta Fernanda), Edição de A.Totta & F.Machado, Lisboa, 1912]. Em baixo, fotografia da Praça de Touros de Alge, hoje desaparecida, onde *Fernanda* toureava.



Virgínia Quaresma, nasceu em Évora, em 1882, sendo considerada a primeira mulher jornalista portuguesa. Licenciada pela Faculdade de Lisboa, numa época em que o acesso das mulheres à universidade era muito reduzido, esta portuguesa, que se viria a radicar no Brasil, onde seria distinguida pela sua produção jornalística, colaborou em jornais portugueses, como *O Século*, com reportagens de cariz político, sobretudo durante a Primeira República.[DGARQ – ANTT].

A ocupação militar de vastos territórios africanos, desde os finais do século XIX, num complexo quadro europeu de que um dos símbolos foi a Conferência de Berlim (1884/1885), marcou não só as escolhas políticas portuguesas, como as relações de Portugal com África, tendo conduzido à consolidação de uma situação colonial, que retirou aos africanos as suas autonomia e hegemonia seculares.



Gungunhana. O chefe nguni Gungunhana apareceu no horizonte português dos finais de Oitocentos, marcados pelas ‘campanhas de pacificação’. Durante várias décadas, a figura de Gungunhana – representado em diferentes suportes, da cerâmica à banda desenhada e aos livros de história e de histórias para crianças e adolescentes – constituiu a presença do vencido que servia para exaltar a figura e as duras proezas do vencedor. A monstruosidade do negro flectia perante a inevitabilidade da norma do branco. As duas canecas bojudas de Rafael Bordalo Pinheiro, de 1895, registadas como “Gungunhana antes” (senhor do seu poder), e “Gungunhana depois” (dominado



por Mouzinho de Albuquerque), destinadas sobretudo às bebidas alcoólicas, lembravam o aspecto monstruoso e o gosto do chefe africano pelas bebidas fortes.[MBP-CML]

.Portugal e as Colónias. Gravura de Rafael Bordalo Pinheiro publicada em 1902, em *A Paródia*. O choque entre Portugal e a Inglaterra provocado pela questão colonial suscitou muitas caricaturas, por vezes, pouco amáveis para o velho e caduco Portugal, aqui representado por um velho trôpego cercado por cinco mulheres, que não hesitam em fazer a corte a homens mais jovens e dinâmicos. Duas delas, as mais nutridas, Angola e Moçambique, já se separaram do resto do grupo, tentando seduzir ou deixar-se seduzir pelos dois machos inglês e alemão, que não dissimulam o seu interesse pelas “meninas”. O olhar de esguelha das outras três, deixa pensar que estão elas longe de se desinteressar! Deve reter-se a simbologia que faz das colónias portuguesas mulheres caricaturais e mulatas, que não hesitam em “arrastar a asa” aos colonialistas europeus.[MBP-CML].



Se a proclamação da República (1910) deu lugar a uma revisão da política colonial, sob pressão das duras críticas provenientes dos circuitos económicos europeus em relação à legislação do ‘trabalho indígena’, foi sobretudo o Estado Novo, que reforçou a ideologia colonial. Centrada nos ‘direitos históricos’ de Portugal em África, na singularidade do relacionamento dos portugueses com os Outros, sem a ‘mancha do racismo’, e na ‘missão civilizadora’, destinada a eliminar a ‘selvajaria’ dos africanos, esta ideologia

forneceu a justificação da violência colonial. As conjunturas que se sucederam, introduziram algumas formulações novas, mas o essencial das ideias, mitos e representações iria permanecer durante quase todo o século XX, marcando a sociedade portuguesa e traduzindo-se numa reorganização ‘imperial’ dos espaços urbanos de Lisboa.

12. Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias

Para ‘mostrar’ o império aos portugueses, o Estado Novo organizou diferentes manifestações patrióticas, como colóquios, publicações, prémios literários, concursos escolares, cortejos e comemorações, exposições para públicos adultos ou jovens, que procuravam mobilizar a opinião pública para o projecto colonial, que levava a civilização ao continente africano, consolidando a grandeza da Nação. Os momentos auge centraram-se na organização de grandes Exposições: a *Exposição Colonial do Porto* (1934) e a *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa (1940).

O cartaz relativo a esta última “Exposição do Mundo Português” realizada em Lisboa, no espaço entre o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, concretizou uma importante operação de requalificação urbanística, marcando o traçado urbano com uma malha reticulada e um edificado neoclássico que mostra, seguindo a moda dos regimes autoritários da época, o gosto pela imposição da ordem fascista e um edificado imponente. Nesta exposição as aldeias africanas foram instaladas no Jardim Colonial, (no mapa, em baixo à direita), hoje Jardim Tropical. As condições de instalação eram de tal forma precárias, que “os negros morriam como tordos de pneumonia (Óscar Lopes, 2007).



Cartaz da Exposição do Mundo Português, 1940. A Exposição do Mundo Português realizou-se em Lisboa, e procurou publicitar ao vivo, homens, mulheres e crianças, transportados das suas aldeias africanas e instalados em mini-aldeias, enquadradas em mini-paisagens, que ‘refaziam’ o habitat dos africanos. A busca dos registos e marcadores somáticos das populações acompanhava a descrição da fauna e da flora desses longínquos territórios africanos,

suscitando um acolhimento entusiástico da população portuguesa [BNP].

‘Jardins zoológicos humanos’, como têm sido designadas, estas ‘aldeias’ privilegiavam a oposição entre o nu e o vestido. Os africanos deviam aceitar uma partilha que se fazia assim entre aqueles que se vestiam, não sem macaquear os brancos – cabo-verdianos, são-tomenses, raros guineenses, sobretudo os islamizados – e os que se mantinham “fiéis” à nudez, ou eram obrigados a manter o corpo quase nu como os angolanos, os moçambicanos e os “animistas” guineenses. Esta ‘aldeia’ da Exposição de 1940, mostra os bijagós da Guiné, entre os quais, uma mulher seminua penteando outra: trata-se de uma cena muito repetida nas imagens fornecidas aos portugueses, que permite sublinhar a preguiça dos pretos, sempre sem fazer nada, dedicando-se apenas às futilidades. A parilha formada pelos administradores e pelos missionários tornava-se, desta maneira, a única capaz de assegurar a mudança dos corpos e por isso dos comportamentos pouco ‘civilizados’ dos africanos. [O Primeiro de Janeiro de 02.07.1940. BNP]



Cabeças Africanas, concebidas e modeladas em cimento para a Exposição do Mundo Português, de 1940, representando os “indígenas” das colónias continentais Guiné, Angola, Moçambique, assim como os ‘naturais’ das colónias insulares, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, cujo estatuto era diferenciado pelas autoridades coloniais, graças à multissecular colonização portuguesa dos arquipélagos, que permitira criar populações mestiças, eliminando as marcas mais ensevejadoras de origem africanas. [JBT-IICT. Fotografias: Júlio Marques].

A população portuguesa pôde assim contactar directamente com os africanos, observar os seus comportamentos atitudes, costumes “primitivos” legitimando o esforço civilizador português e admirando o exotismo destas ‘novidades’, ao mesmo tempo que muitas outras operações de divulgação do ‘selvagem’ e de ridicularização do africano contribuíam para consolidar a sua desvalorização racial, cultural, social.



As diferentes maneiras de inferiorizar o Outro africano, preto ou mestiço, integrado em Portugal ou nas colónias, como os assimilados, eram visíveis nos textos e nas imagens banalizadas em

Portugal através de jornais, bandas desenhadas, anúncios, uma vasta produção iconográfica, destinada a todos os portugueses, crianças, jovens e adultos. A população portuguesa, que tinha já uma intimidade secular com os africanos, marcada pelo preconceito somático (o preto) e social (o escravo), viu-se confrontada com uma nova visão destes homens e mulheres ‘diferentes’, onde o reforço do negativo era legitimado pelo poder político e pela ‘ciência’. “O trabalho é bom para o preto”, frase corrente no passado....e ainda no presente!

A ridicularização dos africanos assimilados constituía uma outra forma eficaz de dar conta da desvalorização dos africanos. Recorrendo aos mais diversos suportes informativos e lúdicos, como contos, poemas, anedotas hilariantes, bandas desenhadas, publicações de natureza científica, filmes e documentários, fotografias, cartazes e outras publicidades, o Estado fornecia aos portugueses as provas indiscutíveis da selvajaria africana – que atingia o seu ponto alto nas práticas antropofágicas -, incapaz de entender e copiar as normas do progresso tão generosamente facultadas pelos portugueses, do passado e do presente.

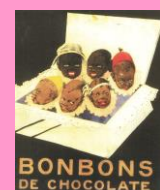


O Almoço do Antropófago adquire todo o seu sentido graças ao comentário escrito. Mas saliente-se a representação caricatural do africano negro europeizado, através do vestuário e da forma de gestão do corpo: mesmo assimilado, não perdeu os caracteres congénitos de selvagem e antropófago. A ridicularização dos africanos constitui um dos marcadores violentos do colonialismo português, amplamente difundido na metrópole e também nas colónias. [Banda desenhada publicada em O Senhor Doutor, A I, nº 46, 27.01.1934. BNP]



Feitiço do Império. Num filme que se passa essencialmente em Angola, António Lopes Ribeiro recorre às cerimónias rituais dos nguni de Moçambique, que os europeus traduziram em operações guerreiras cruéis desde os finais de Oitocentos. Aqui, aqui vistos em plongée, os nguni pretendem justamente pôr em confronto a natureza civilizada dos dois brancos e o carácter violento dos africanos, para quem a guerra seria não só uma actividade natural, festiva, lúdica, mas também, um meio de obter poder, riqueza e inimigos capturados destinados a ser comidos! A guerra colonial vai recuperar estes velhos mitos e classificar os africanos de terroristas – ‘os turras’ -, negando-lhes a sua verdadeira condição de combatentes. [CP-MC 1940].

Rótulo de Rhum Velho Pretinha da Fábrica Vitória. As Publicidades das Bebidas Alcoólicas não podiam deixar de recorrer às representações de africanos. Na longa história do preconceito em relação ao africano, o gosto pelo álcool, do rum, ao licor, ao vinho, a bebida desenfreada, a bebedeira constante constituíam evidências da natureza selvagem, primitiva, irracional dos homens e das mulheres pretos e mulatos, que, aqui como em outras publicidades, são apresentados com os marcadores físicos e culturais que permitem uma rápida e significativa identificação.



Bombons de chocolate. Esta publicidade constitui uma das grandes surpresas dos anos 1920, pois na caixa onde devia haver bombons, encontramos seis cabeças de crianças africanas, destinadas a ser comidas. Eis uma operação que, pretendendo sublinhar a graça dos “pretinhos” – atitude preconceituosa que transforma paternalisticamente as crianças africanas em objectos lúdicos – remete para a antropofagia dos brancos! [Colecção Empreza do Bulhão. Cortesia Packgráfica – Higifarma].



Sabonete Arêgos....só falta metade.... Cartaz publicitário de 1917 que põe em evidência o choque somático entre os europeus e os africanos: a pele negra remete para as figuras diabólicas, embora possa ser não só atenuada, mas modificada, graças à utilização de um bom sabonete europeu. A ingenuidade carinhosa de uma criança branca, utilizando o sabonete Aregos permite dissolver uma boa parte da negrura do “ridículo” africano, de laço e cartola. O sonho do embranquecimento, já presente no teatro quinhentista vicentino, é reactualizado nesta publicidade, corrente na Europa da primeira metade do século XX.[ETP, Empresa Técnica Publicitária, Film-Gráfica Caldevilla BNP].

A evolução arquitectónica da cidade é também utilizada para reforçar o facto colonial e a ideia imperial do Estado Novo. As grandes avenidas na zona norte da cidade, as casas mais faustosas dos ‘africanistas’ pagas com o cacau de São Tomé – na gíria o cacau significava o dinheiro –, o Bairro da Colónias, bairro modernista, construído a partir dos anos 30 numa das encostas da colina da Graça, no loteamento duma antiga quinta, que devia lembrar aos portugueses o seu império “de Minho a Timor”, constituem as novidades urbanas do século XX salazarista. Sublinhe-se igualmente o reforço grandioso de Belém, dos Jerónimos e das margens do Tejo pontuadas pela Torre de Belém e pelo Monumento aos Descobrimentos Portugueses.

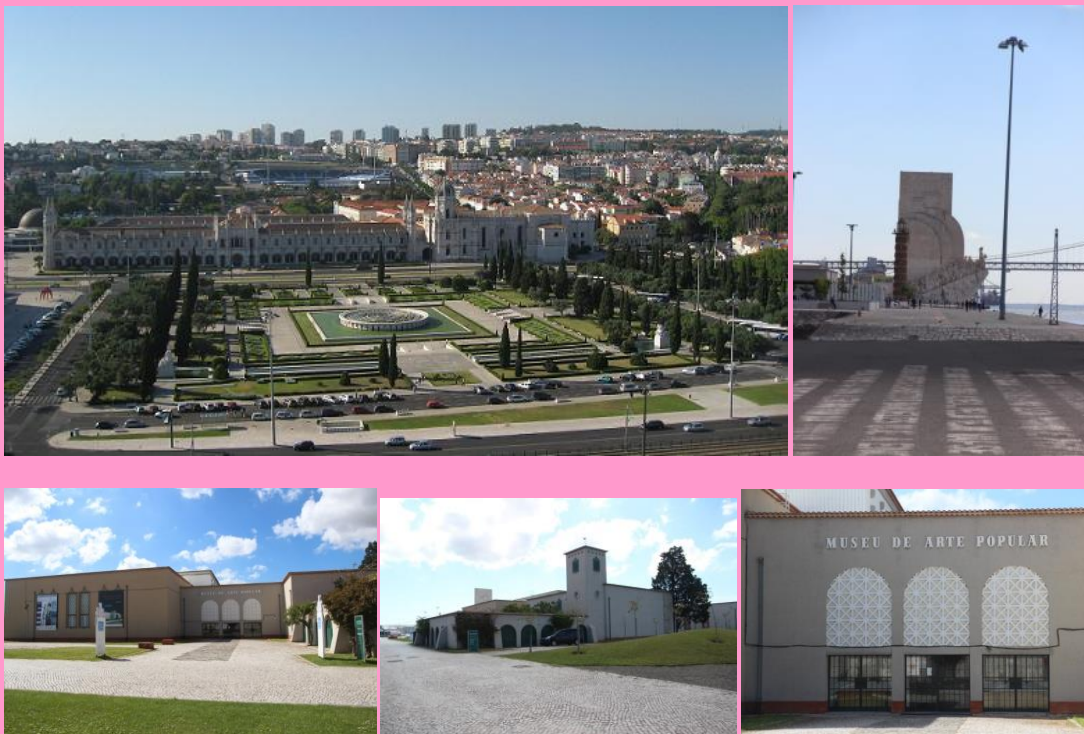


Avenidas novas e novas construções, mas também a Casa dos Estudantes do Império, autorizada em 1944 pelo regime para acolher os estudantes ‘africanos’, brancos, pretos ou mestiços, que se tornou num espaço de contestação ao colonialismo, vindo a ser encerrada em 1965.

O Bairro das Colónias...



...e a renovação da zona de Belém, com os jardins da Praça do Império e um espaço ribeirinho marcado pelos símbolos dos Descobrimentos , como monumentos e museus. [Fotografias de Júlio Marques e Ana Fantasia]



13. A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos

Se o 25 de Abril de 1974 pôs fim à dominação colonial, liquidando a guerra colonial, permitiu também uma revisão da história das relações dos portugueses com a África, assim como dos preconceitos que as sedimentaram. Lisboa modernizou-se, o proibido e censurado do passado pôde emergir livremente introduzindo ideias e práticas urbanas inovadoras. As novas populações desafiaram a cidade, instalando-se por vezes, muitas vezes, sem atender às regras da urbanidade. Lisboa cresceu um tanto desordenada, colorida, misturando gentes e culturas que se foram integrando no espaço urbano e nas suas periferias.

O Portugal democrático abriu as portas da multiculturalidade: se velhas práticas culturais africanas continuaram visíveis, novas influências chegaram de África, por via quer dos portugueses retornados, quer das comunidades africanas que se fixaram no país, mantendo ou adaptando as suas formas civilizacionais. Muitas Africas se foram assim cruzando no país e com o país, permitindo inovações nos espaços da cultura, marcados pela criatividade africana.



Dança, Música, Culinária, Magia . Feiras, festas, festivais musicais, discotecas, restaurantes, mercados especializados, produtos alimentares e outras preparações culinárias – da moambo angolana, à catchupa cabo-verdiana, ao calulu são-tomense ou a caril tão moçambicano como indiano –, bem como um interesse mais exigente pelas 'coisas' de África, marcam hoje a sociedade portuguesa. A procura e oferta seculares da magia africana, hoje designada de 'astrologia africana' mantém-se hoje uma actividade florescente. Os jornais diários de hoje não recusam esta publicidade crescente, como este pormenor de uma página totalmente consagrada a anúncios de astrologia. Registe-se a permanência destes especialistas do Além, como é o caso de Professor Mamadu, que continua activo, fazendo gentilmente distribuir os seus 'cartões' de publicidade a quem passar no Rossio. [Jornal O Correio da Manhã, de 24 de Janeiro de 2011, p. 12].

Os muitos quotidianos são hoje reveladores das mudanças e das permanências, das novidades e das transformações nos mais variados domínios da vida dos homens. Mas alguns preconceitos e estereótipos organizam ainda a maneira portuguesa de olhar o africano, registando-se atitudes discriminatórias, consequência de uma longa história de relações inferiorizantes do Outro. A literatura e a língua portuguesas mantêm fórmulas correntes que tornam visível a inferioridade civilizacional dos africanos, remetendo através de vocábulos, de expressões metafóricas, de frases e de provérbios para a relação entre a condição somática dos africanos e as suas práticas culturais, mas também as novas regras da globalização e da emergência de novas situações como a imigração de milhões de africanos que procuram, na Europa, um espaço de sobrevivência, constituem marcas de uma transformação que tarda a verificar-se.



Saliente-se uma dupla dura continuidade: o trabalho e a habitação. Ontem como hoje os africanos imigrantes mantêm-se na esfera laboral dos trabalhos mais penosos, instalados nas periferias da cidade, vivendo frequentemente em condições de enorme precaridade.



O movimento africano do Bairro Estrela de África, hoje em via de requalificação, e jovens brincando numa rua do Bairro 6 de maio, zona de transição entre Lisboa e a Amadora. [Fotografias: Joost de Raeymaeker]



Práticas socio-culturais. No Bairro 6 de Maio, habitado por muitos africanos ou portugueses de origem africana, a população organiza os seus bailes, como o fizera no passado, criando ritmos e danças onde a África se entrelaça com outras formas culturais do mundo. O comportamento de uma senhora, vestida à europeia, transportando o bebé segundo as práticas africanas, bem como os penteados africanos das jovens são reveladores dos ajustamentos e das inovações nas práticas culturais. [Fotografias: Joost de Raeymaeker].



Deve assinalar-se, no entanto, que simultaneamente se foi reforçando o contingente de africanos, muitos dos quais são portugueses, que a côr da pele e uma miopia discriminatória insistem em ‘remeter’ para a África, e que integram as profissões e as funções mais consideradas da sociedade portuguesa, contribuindo todos para a sua renovação.



A toponímia lisboeta regista lentamente esta mudança, homenageia homens e mulheres de África, heróis outrora ‘terroristas’, esperando-se os tempos em que o passado africano de Lisboa possa ser resgatado e reconhecido na sua dimensão nacional.

V Lugares de Memória

AC - Academia das Ciências, Academia das Ciências Largo da Academia das Ciências, <http://www.acad-ciencias.pt/>

AF-CML - Arquivo Fotográfico de Lisboa, Av. Almirante Reis, <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

AHT - Arquivo Histórico Ultramarino, Calçada da Boa Hora, 30, 1300-095 Lisboa, <http://www2.iict.pt>

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal, Campo Grande, www.bnportugal.pt

BPA - Biblioteca da Ajuda Palácio, Nacional da Ajuda, Largo da Ajuda, <http://www.palacioajuda.pt/>

CMMA - Casa Museu Medeiros de Almeida, Rua Rosa Araújo 41, <http://www.casa-museumedeirosealmeida.pt/>

CP – MC - Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39, www.cinemateca.pt

DGARQ -ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, <http://antt.dgarq.gov.pt>

FCFA - Fundação Casa Fronteira e Alorna, Largo de São Domingos, nº1, <http://www.frenteira-alorna.pt>

FRESS -Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, Palácio de Azurara, Portas do Sol 2 ao Castelo, <http://antt.dgarq.gov.pt/>

GEO - Gabinete de Estudos Olissiponenses, Palácio do Beau-Sejour, Estrada de Benfica, <http://geo.cm-lisboa.pt/>

HM –CML – Hemeroteca Municipal de Lisboa, Rua de São Pedro de Alcântara, 3 1250–237 Lisboa, <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

JBT – IICT - Jardim Botânico Tropical, Antigo Museu Agrícola Colonial, Calçada do Galvão

MBP – CML - Museu Bordalo Pinheiro, Campo Grande, 372, <http://www.museubordalopinheiro.pt/>

MC- CML - Museu da Cidade de Lisboa, Campo Grande, 242, www.museudacidade.pt, <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

MF - Museu do Fado, Largo do Chafariz de Dentro nº 1, <http://www.museudofado.pt/>

MGM - Museu Geológico Mineiro, Largo da Academia das Ciências, www.lneg.pt/MuseuGeologico/

MM - Museu de Marinha, Praça do Império, <http://museu.marinha.pt/Museu/Site/PT>

MMil - Museu Militar, Largo do museu de Artilharia,
<http://www.exercito.pt/sites/MusMilLisboa/Paginas/default.aspx>

MNA – Museu Nacional de Arqueologia, Mosteiro dos Jerónimos,
www.museudearqueologia.pt

MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga , Rua das Janelas Verdes,
<http://www.museudearteantiga.pt>

MNAM - Museu do Chiado, Rua Ivens, <http://www.museuartecontemporanea.pt/pt>

MNAz - Museu Nacional do Azulejo, Igreja Madre de Deus , Xabregas,
<http://www.museudoazulejo.pt/>

MNC - Museu Nacional dos Coches, Praça Afonso de Albuquerque,
<http://www.museudoscoches.pt/>

MNE -Museu Nacional de Etnologia, Av, Ilha da Madeira, Restelo,
<http://www.mnetnologia-ipmuseus.pt>

MNT - Museu Nacional do Traje, Largo Júlio Castilho, Lumiar,
<http://www.museudotraje.pt>

SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa, Rua das Portas de Santo Antão ,
<http://www.socgeografialisboa.pt/>